

DISCURSO E PRÁTICA ABOLICIONISTA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (1884-1888)

Tanize do Couto Costa Monnerat¹

RESUMO: Este artigo analisa o contexto de surgimento do movimento abolicionista na cidade de Campos, através do discurso de seu principal meio de comunicação e ação: o jornal *Vinte e Cinco de Março*. Examinamos suas estratégias argumentativas e propostas para um Brasil sem escravos; traçando a relação que estabeleceram com a população citadina, com os escravos e com abolicionistas da Corte. Explorando o jornal como fonte e como agente histórico, trabalhamos suas especificidades, dado que foi um jornal abolicionista, fundado na última década da escravidão no Brasil, por membros das classes médias urbanas de uma cidade do interior da província do Rio de Janeiro – Campos dos Goytacazes – município marcado por um denso crescimento urbano e pelo poder econômico, social e político de grandes fazendeiros escravistas. A realidade da luta pela abolição é aqui destacada, dados os violentos embates entre escravistas e abolicionistas na cidade. Disputa em que ambos lutavam pela imposição do seu modelo de condução da libertação, sendo a interação real e eficaz entre abolicionistas e escravos o que definiu a vitória abolicionista em Campos.

Palavras-chave: Jornal abolicionista; Campos dos Goytacazes; discursos e práticas abolicionistas.

¹ Mestrado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

ABSTRACT: This article analyzes the context of the emergence of abolitionism in Campos through the discourse of their primary mean of communication and action: the newspaper *Vinte e Cinco de Março*. Analysing their argumentative strategies and proposals for a Brazil without slaves; tracing the relationship established with the city population, with slaves and other abolitionists. Exploring the newspaper as a source and as a historical agent, their specificities are analyzed, since it was an abolitionist newspaper founded in the last decade of slavery in Brazil by members of the urban middle classes in an inner city the province of Rio de Janeiro - Campos - city marked by a dense urban growth and the economic, social and political power of major slave farmers. The reality of the struggle for abolition is highlighted here given the violent clashes between slaveholders and abolitionists in the city . Dispute in which both struggled to impose their model of transition on work mode, being the real and effective interaction between abolitionists and slaves what defined the abolitionist victory em Campos.

KeyWords: Abolitionist newspaper, Campos dos Goytacazes; discourses and practices abolitionists.

Na clássica obra de Robert Conrad (1978), sobre o fim da escravidão no Brasil, o autor descreve o jornal *Vinte e Cinco de Março* como instrumento vigoroso da luta abolicionista, guiada por um líder radical que não se esquivava à possibilidade de usar a violência para efetuar a abolição e tendo por isso enfrentado uma resistência bastante hostil. Ele é publicado entre 1884 e 1888, período de maior crescimento do movimento abolicionista em todo país, dado o aumento da rebelião escrava, o apoio de setores da imprensa e da população. Analisamos o jornal como fonte privilegiada no estudo dos discursos e das práticas abolicionistas em Campos dos Goytacazes, cidade do interior da província do Rio de Janeiro extremamente marcada pelo poder dos senhores escravocratas, dada a convivência e dependência da área urbana com a rural, ainda muito importante econômica e socialmente no centro-sul do Império.

O uso de periódicos como fonte possibilita a observação do desenvolvimento do discurso e das práticas abolicionistas, a interação entre abolicionistas, cativos e população, assim como o as relações entre os movimentos da “vida associativa”, da

imprensa e a própria dinâmica da vida política (SANTOS, 2011). Contudo, até a década de 1970, a imprensa foi vista mais como objeto do que como fonte, pois ainda era percebida como parcial e subjetiva. Foram os novos problemas, abordagens e objetos propostos pela História Nova e as contribuições da renovação do marxismo (destaque da revista *New Left Review*) que, mudando de uma análise macroeconômica para a de sistemas culturais, mudou a própria concepção do documento e sua crítica (AGUIAR, 2010; DE LUCA, 2010; LE GOFF, 2003). Em resumo, a imprensa passou de uma autêntica narradora dos fatos na história 'positivista' para um 'reflexo' superficial de ideias sujeitas à infra-estrutura nas abordagens socioeconômicas, até que a renovação da história política e cultural redimensionou sua importância, quando além de fonte, a imprensa passou a ser pesquisada também como agente histórico, interventora nos processos (FERREIRA, 2006). Embora a fonte periódica imponha limites, na medida em que o jornal pode ter sido instrumento de manipulação de interesses, meio de intervenção na vida social, subjugado a interesses econômicos, políticos e pessoais (CAPELATO, 1980); esta é, ainda assim, uma fonte sempre rica em retratar o cotidiano e a circulação de ideias da sociedade na qual está inserida (MACHADO, 1991).

Neste sentido, assumimos na nossa análise a concepção do jornal como fonte e agente. E, conscientes de que esta análise implica em “verificar como os meios de comunicação impressos interagem na complexidade de um contexto” (MOREL, 2003, p.9) destacamos que o “surgimento da imprensa no Brasil acompanha e vincula-se às transformações nos espaços públicos, à modernização política e cultural de instituições, ao processo de independência e de construção do Estado Nacional” (MOREL, 2003, p. 7) razão pela qual podemos afirmar que a imprensa brasileira do século XIX ajudou a delinear identidades culturais e políticas, funcionando como ponto de ligação especial entre o debate político e os movimentos sociais. Exemplo disso são os dois momentos de maior criação de impressos no século XIX: os anos 1830 e 1880, que foram períodos de grande agitação política (SANTOS, 2011). Outra característica da imprensa brasileira do século XIX foi seu caráter efêmero, pois a maior parte dos jornais era fundada para expressar diferentes anseios da população, intervindo em um debate político específico em momentos de transição, como a Independência e a Constituição (BAKOS, 1982; PIRES, 2006). Por isso, a duração de cinco anos do *Vinte e Cinco de Março* não é absolutamente pequena, embora seu término dois meses após a

assinatura da Lei Áurea reflita esse contexto de efemeridade, uma vez que a sua principal bandeira – a abolição – já havia sido alcançada. E mesmo que assuntos como trabalho livre, educação pública, acesso à terra (que eram discutidas no jornal), ainda pudessem ser exploradas, cremos que a procura pelo jornal caíra com o 13 de maio.

Os jornais, neste contexto, envolviam-se com reivindicações sociais, o que aumentara a influência da imprensa no Brasil (BAKOS, 1982). As próprias tipografias eram locais de circulação de ideias, de contato e interação entre vários grupos sociais, essenciais para o crescimento de uma expressão pública associada ao espaço urbano (PIRES, 2006). O jornal era veículo e mecanismo de participação política, representava uma opinião com peso político, e mesmo os jornais com poucos leitores formavam um campo de interatividade, à medida que seus conteúdos eram os grandes responsáveis pela formação da opinião pública no Brasil (MOREL, 2012; SOUZA, 2009). Logo, mesmo que o universo dos leitores do Vinte e Cinco de Março pareça pequeno², é preciso considerar que a co-existência da associação abolicionista e as práticas sociais de leitura do século XIX indicam um alcance muito maior do que o universo de assinantes. A leitura em voz alta e também aquelas realizadas em espaços públicos foram capazes de impulsionar a população e os escravos a participar do movimento (PÍCOLI, 2009). Fato comprovado no Vinte e Cinco de Março com os relatos das constantes visitas de membros da sociedade à redação que lá iam para denunciar crimes ou alertar sobre possíveis atentados. Assim como eram comuns os relatos de fuga de escravos até o escritório do jornal, para se refugiar ou buscando apoio jurídico, o que demonstra ser esta tipografia um local de debates e de ação política do abolicionismo em Campos.

Embora impreciso, o conceito de opinião pública é aqui essencial, pois integrava a concepção de ação política de quem publicava periódicos no oitocentos (MACHADO, 1991). Estes homens promoviam um debate político em um espaço público de crítica, suas opiniões políticas publicadas destacavam-se daquelas dos governos, instaurando a chamada opinião pública. Analisando o uso político da expressão, Marco Morel (2003) afirma que esta diz respeito sobretudo às palavras como poderosos instrumentos de combate. Entendido como uma reflexão de sábios

² A partir da tiragem do jornal: 1000 exemplares, chegando à 2000, comparamos com os alfabetizados em Campos [em 1872, 7.434 dos 28.467 homens livres (26%), 3.921 das 27.745 mulheres livres (14%), e 18 homens e 4 mulheres de 17.689 escravos e 14.931 escravas eram alfabetizados, o universo dos possíveis leitores é de 20% de toda a população livre (MONNERAT, 2013, p. 50).

ou como opinião da maioria ela estava relacionada à uma opinião que se formava fora da esfera governamental e, por isso, era capaz de intervir na sociedade, respaldando opiniões discordantes das decisões estatais, e como resultado movimentava o sistema político oitocentista. Tal concepção advém de um processo de desenvolvimento da consciência política na esfera pública, pois estes jornalistas queriam levar as discussões políticas para a esfera coletiva; orientavam-se pela capacidade da imprensa de influenciar e pensavam ter o jornalismo uma missão. A da imprensa abolicionista era discutir o progresso, o ensino, o federalismo, o Estado laico e o fim do escravismo (PESSANHA, 2006).

A imprensa abolicionista fortalece-se, nos centros urbanos, na década de 1870, ao surgirem novos atores políticos autônomos em relação às estruturas políticas tradicionais do Império (MACHADO, 1991). A ideia de progresso ganhara força com o fim do tráfico e com um processo de urbanização e industrialização (ao menos no centro-sul), contrastando com a escravidão, vista como uma marca de atraso. Alguns jornais passaram a tratar da questão servil, questionando o regime escravista, ao demonstrá-lo como prejudicial ao Império (MACHADO, 2010). Tornando-se vetor da opinião abolicionista e lugar de novas sociabilidades e novas concepções sobre a política imperial, definindo-se, sobretudo, “pela sua função formativa” (SANTOS, 2011, p. 191). Neste sentido, concordamos com a análise da crise do escravismo brasileiro apresentada por Emília Viotti (2008), Humberto Machado (1991) e Ricardo Salles (2001), no qual o movimento abolicionista é entendido como possível após mudanças estruturais, situações conjunturais e uma sucessão de episódios; destacando-se que estas foram condições necessárias para que os sujeitos pudessem exercer sua liberdade e não fatores determinantes na ação destes. Como exemplo, as rebeliões escravas foram fundamentais para a mudança de atitude dos fazendeiros paulistas; mas, tais rebeliões só ocorreram após transformações de longa duração, uma vez que o protesto escravo sempre existira, mas seu significado só mudara neste momento, adquirindo um caráter político. A partir destas transformações estruturais, ocorridas na segunda metade do século XIX, a sociedade brasileira mudou e a escravidão começou a ser questionada por outros grupos, além dos escravos. Pois até então, embora alguns (para além dos escravos) tivessem criticado à escravidão nenhum movimento organizado, abolicionista, tinha sido criado. É na segunda metade do

oitocentos, que grupos urbanos aderem ao abolicionismo, participando das conferências e dos comícios abolicionistas, fortalecendo o movimento (GRAHAM, 1979).

Neste sentido, entendemos as transformações ocorridas na cidade de Campos como fundamentais para o sucesso do *Vinte e Cinco de Março*, visto que esta era uma cidade provinciana, que destacou-se no século XIX pela grande produção de açúcar, atividade que a tornou principal centro econômico da região norte-fluminense (WEHLING, 1982). O auge da sua produção, no entanto, deu-se com a introdução de novas técnicas e a maior entrada de capital ao longo do século XIX, transformando os primitivos engenhos em engenhos centrais ou usinas, o que contribuiu para o surgimento dos 'barões do açúcar', com grande poder político, econômico e social. Além de dinamizar a produção de açúcar os engenhos exigiam o uso de trabalho livre, o que mesmo sendo restrito às atividades fabris acabou por incentivar o uso deste tipo de trabalhador na região, inclusive com imigrantes (PARANHOS, 2006). É possível observar este crescimento agrícola analisando os dados da produção, que indicam que nas duas décadas anteriores à abolição ocorreram os maiores recordes na produção açucareira campista³. Localizada em uma área de intercâmbio comercial e de fluxo de escoamento de produtos advindos das Minas Gerais e do Espírito Santo, a cidade era também importante centro distribuidor de mercadorias e, por isso, era servida de 3 estradas de ferro inter-provinciais, além de muitas casas de comércio (66 pontos de comércio, 46 de serviços, 22 de artesãos, 127 casas de secos e molhados), exportadores de gêneros, serviços financeiros (3 bancos, 2 companhias de seguro), comunicacionais (correios e telégrafos), educacionais (57 escolas), culturais (3 bibliotecas, 6 tipografias) e médicos (4 hospitais, 18 médicos, 6 dentistas e 2 parteiras) (ALMANACK, 1885). Na década de 1870, a freguesia-sede de Campos (São Salvador) muito cresceu graças à implantação de uma estrada de ferro municipal (ALVES, 2005).

Outro fator que favoreceu o movimento abolicionista em Campos foi o fato de que sua importante economia levou a muitos investimentos governamentais. O que incentivou políticos da região a tentar tornar a cidade capital da província, motivados pelo fato de possuírem o maior colégio eleitoral da província durante quase todo o

³ Vinte e três mil toneladas, em 1872; 21 mil toneladas, em 1881; número que se repete em 1883. (PEREIRA, 2012, p. 220)

século XIX (CHRYSOSTOMO, 2009 e 2011). Mas, embora a taxa de inclusão eleitoral em Campos fosse compatível com as taxas encontradas no mundo ocidental da década de 1870, ela é menor que as estimativas brasileiras do mesmo período, o que deve-se, provavelmente, ao maior peso da população escrava na região, visto que enquanto a população escrava representava cerca de 15% da população brasileira, em Campos ela representava 39% (NUNES, 2003). Por outro lado, na lista de votantes da freguesia de São Salvador (a mais urbanizada do município), os portadores de capital rentista apresentavam uma renda maior do que os que se definiam como fazendeiros, o que indica que a freguesia-sede concentrava uma população rica, que não dependia dos senhores (PEREIRA). Era nesta freguesia que se concentravam as classes médias, de onde vinha o próprio Luiz Carlos de Lacerda (fundador do *Vinte e Cinco de Março*), filho de um médico, irmão de dois médicos, um advogado e um jornalista (LIMA, 1981). Observa-se claramente que a maioria dos profissionais liberais estava na freguesia de S. Salvador, dado que esta concentrava 62% dos profissionais do setor judiciário, 73% dos médicos, 62% dos professores e letrados, 69% dos empregados públicos, 74% dos artistas (ou artesãos), 100% dos militares, 61% dos industriais, 62% dos comerciantes e 51% dos operários. Enquanto apresentava uma baixa porcentagem dos profissionais agrícolas, com apenas 14% dos lavradores e 13% dos criados e jornaleiros (CENSO, 1872). Esta concentração de profissionais liberais (relativamente independentes dos grandes escravocratas) nas áreas urbanas é importante pois, além das transformações econômicas, demográficas e sociais, foi uma das principais razões para a intensificação da campanha abolicionista e, conseqüentemente, a insurreição dos escravos, ou a sua ressignificação (COSTA, 2008; GRAHAM, 1979; MACHADO, 1991; SALLES, 2001). Os abolicionistas de Campos também reconheciam a importância desta autonomia para o crescimento do movimento, pois a viam como fator essencial para que estas pessoas pudessem se colocar contra a escravidão.

O *Vinte e Cinco de Março* é, então, fundado em Campos, que desfrutava de uma área urbana dinâmica, relativamente independente do mundo rural, contudo, a cidade também era marcada pela concentração de escravos e pela influência econômica, política e social dos grandes senhores (RODRIGUES, 1988). A historiografia indica que havia nas áreas mais urbanizadas uma tendência a menor concentração de escravos, ao mesmo tempo que foram palco dos principais movimentos abolicionistas

(COSTA, 2008). O que é contrário ao cenário aqui estudado, por isso, ao enfrentarmos esta contradição, consideramos a possibilidade de que foi exatamente a concentração de escravos numa área urbana crescente, convivendo com o poder econômico da área rural que tornou o abolicionismo em Campos tão violento. Razão pela qual a cidade ficou conhecida como 'Quartel General da abolição', tendo o abolicionismo na cidade sido marcado pela exacerbada luta entre senhores e abolicionistas⁴. O que reforça a análise do jornal como um agente histórico protagonista no processo da conquista política e social da abolição. E partindo do entendimento proposto por Jacques Le Goff (2003) de que todo documento é um monumento, na medida em que é o produto final de uma série de disputas de poderes na sociedade que o produziu e naquela que o manteve 'vivo', vemos na análise do *Vinte e Cinco de Março* e nos embates que seus membros enfrentaram para mantê-lo em produção a representação de uma parte da disputa de poder entre escravistas e abolicionistas no Brasil oitocentista, o que torna evidente a importância dos jornais abolicionistas para o fim da escravidão no Brasil.

Este novo contexto nacional que favoreceu o movimento abolicionista, foi fortalecido pelo contexto internacional da guerra civil norte-americana, pelo repúdio à escravidão nas Américas expresso por entidades estrangeiras, pelo fim da guerra do Paraguai e a questão dos cativos-soldados. Assim como as discussões parlamentares sobre a abolição, recrudescidas na década de 1880, publicizadas nos jornais junto aos relatos de violência senhorial e dos atos de resistência dos escravos ressoaram fortemente na sociedade, sendo a maior resistência escrava o golpe final na abolição (MACHADO, 1991). Neste contexto, o *Vinte e Cinco de Março*, como outros jornais do período, discutia ideias novas, buscando intervir na sociedade e política, formando a opinião pública e expressando anseios que consideravam nacionais. Por isso, os abolicionistas de Campos afirmavam que mesmo perseguidos pela polícia, políticos e senhores, sabiam que a causa prosseguiria, pois era “uma aspiração nacional”⁵.

⁴ Dada à densa concentração de escravos os violentos confrontos entre abolicionistas e escravistas foram menores que a tensão existente. Porque “a fisionomia sócio-econômica de Campos era em tudo semelhante à do Sul dos EUA: toda a estrutura econômica local, lastreada na cana-de-açúcar e do Engenho, dependia 100% do braço escravo, do trabalhador servil, como a do algodão nos Estados Confederados dos EUA.” A abolição para os fazendeiros campista era “a ruína, a debacle econômica para toda a estrutura em que repousava a riqueza campista.” (RODRIGUES, 1988, p. 108).

⁵ *Vinte e Cinco de Março*, 5 de Junho 1884 – Seção “Noticiário” – p. 3.

Os argumentos dos abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* partiam sempre de um mesmo princípio: contrariar a lógica senhorial. Logo se esta dizia que a escravidão era um mal necessário, sem o qual o país ruiria, eles afirmavam categoricamente que a abolição era o maior símbolo do patriotismo, que só faria bem à nação e à lavoura, sendo um sinal de progresso. Este último argumento, embora pouco frequente, foi explorado de diferentes maneiras: demonstrando o aumento da produção agrícola em províncias já livres (no sul dos EUA liberto) e expondo a reprovação internacional ao escravismo brasileiro. Afirmavam que os defensores da escravidão visavam somente seus interesses pessoais, eram maus conselheiros, interessados em tirar vantagens dos senhores e não em vê-los prosperar, afirmando que os senhores estavam apenas habituados à tradição escrava. Ao não atacar diretamente os senhores, buscavam fazê-los desconfiar de sua dependência com relação à instituição.

Um argumento bastante sentimental era o caráter cristão da abolição, dada a igualdade dos homens diante de Deus e o mandamento divino de que deveríamos viver do suor do nosso próprio rosto. A partir do que criticavam os escravistas que diziam serem os negros ociosos, afirmavam, ao contrário, que os escravizados eram os grandes responsáveis pela riqueza agrícola nacional. Ousavam dizendo que os negros e índios eram membros da nação e, portanto, questionavam a representatividade do Parlamento (visto a pequena porcentagem de votantes) e do imperador, que não atendia ao maior anseio nacional. A abolição significava, portanto, a continuação de 1822, pois tornava toda a nação independente, integrando os negros e os índios na condição de livres e de cidadãos. E ao relatarem o caso de um ex-escravo que lutou por anos para comprar a liberdade de toda a família, afirmam que este estava, na verdade comprando cidadãos para a pátria. Neste relato refutavam o argumento escravista de que os negros eram desregrados e sem apego aos valores morais daquela sociedade, uma vez que o escravo descrito batalhou muito por sua família. Argumentos que iam ao encontro da fala de Nabuco, para quem o abolicionismo questionava o modelo de construção da nação brasileira.

Joaquim Nabuco fora um importante interlocutor do *Vinte e Cinco de Março*, o que reforça nosso entendimento de que o movimento abolicionista foi nacional, posto que abolicionistas de todo o país valiam-se de uma rede de relacionamentos para intercambiar ideias e somar forças políticas (SILVA, 2003). O principal argumento do

Vinte e Cinco de Março, herdado da Confederação Abolicionista, ilustra esta relação: a escravidão era ilegal, logo, seu fim dependia apenas do cumprimento correto da lei. Reforçavam esta ideia ao escrever escravizados e nunca escravos, posto que eram ilegalmente reduzidos a tal condição. O epílogo do jornal, inalterado até a Lei Áurea, ilustra claramente este raciocínio. A frase de Mello de Freire, jurista português do século XVIII, dizia “Escravos negros são tolerados no Brasil e outros domínios; mas por que direito e com que título confesso ignorá-lo completamente.” Localizada na primeira página, primeira coluna, esta frase direciona a leitura ao expor desde o começo o argumento mais forte do jornal, fortalecido pelo fato de ser apresentado por um grande pensador que já afirmava esta lógica desde o século anterior.

Este argumento foi apresentado de muitas maneiras no jornal, como a descrição do caminho das leis nacionais em direção à abolição, com destaque a lei anti-tráfico de 1831⁶. Baseados nesta defendiam que, na década de 1880, a escravidão não podia ser nada além de ilegal, fruto da pirataria; o que demonstra que os raciocínios baseados na lei não eram, em nada, conservadores, pelo contrário condenavam criminalmente toda a classe senhorial e fundamentava a defesa da abolição imediata. Os abolicionistas rechaçavam e ridicularizavam qualquer solução emancipacionista, vista como simples ato político, sem qualquer intenção de mudar o sistema de trabalho. Mencionando a guerra civil norte-americana alertavam para os perigos da emancipação; que consideravam cruel com os escravizados. Baseados na ilegalidade da escravidão também afirmavam que a abolição não podia levar a indenizações (outra proposta compartilhada com a Confederação Abolicionista), indo além, afirmavam serem os escravizados os merecedores de indenizações.

Ao exigir a matrícula geral dos escravos, a lei do ventre-livre levou os abolicionistas a demandar a libertação imediata de todos aqueles cuja inscrição portasse 'filiação desconhecida', Pois diante da incerteza da legalidade da condição escrava, a lei obrigava o reconhecimento da liberdade. A luta judicial daí decorrente tornou-se uma das principais bandeiras dos abolicionistas de Campos. Intimidavam escravistas e juízes publicando artigos sobre decisões judiciais favoráveis à liberdade em todo país. Atacando, assim, o principal raciocínio escravista: o direito à

⁶ As duas leis mais usadas nas argumentações foram a lei anti-tráfico de 1831 (com 58 notícias) e a lei do ventre-livre de 1871 (com 47 notícias).

propriedade escrava. Contrariamente, defendiam o direito à fuga, pois ilegalmente escravizado, o cativo desfrutava da liberdade, direito natural de todos os homens. Os abolicionistas, portanto, invertem a lógica senhorial e tornam o direito à liberdade superior ao direito de propriedade, afirmando, inclusive, não existir o direito de propriedade do homem sobre o homem⁷. Raciocínios que levaram a severas críticas aos senhores e autoridades que se colocavam acima das leis, fazendo uso privado dos serviços públicos.

Mesmo que suas demandas fossem legais, os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março* tinham consciência de que combatiam práticas senhoriais há muito enraizadas, mas demonstravam saber que estas não eram cumpridas porque a classe senhorial estava colocada acima da lei naquela sociedade, uma vez que ela fora criada numa cultura de mando e com o governo organizado para defender seus interesses particulares. Por isso, afirmavam que se os senhores cumprissem a lei, os abolicionistas não teriam razão de existir, porque o direito à liberdade já teria sido garantido. Logo, se a escravidão era mantida no Brasil, devia-se à força da ilegalidade, à violência e ao poder. Os abolicionistas, porém, ameaçavam ao dizer que estas não seriam suficiente para manter a escravidão caso os escravos se levantassem. Tais palavras intimidavam fortemente os senhores, pois a relação entre abolicionistas e escravizados era real e eficaz na cidade. Os abolicionistas justificavam a violência escrava, tanto pelas leis nacionais, como pela lei da natureza, afirmando que esta autorizava o assassinato do senhor, pois afirmavam que qualquer ser humano obrigado a viver como escravo é compelido a odiar seu algoz e todos os humanos o compreendem nesta violência. Exemplo da importância deste raciocínio é o fato de que a única imagem presente no jornal⁸ ilustra um homem negro, numa paisagem rural, vestindo uma peça de roupa branca, que lhe cobre apenas as partes íntimas (como muitas das roupas dos escravos). Este homem está quebrando as algemas que prendiam suas mãos, enquanto seus pés já têm as correntes quebradas. Tudo nesta imagem evoca a abolição, o escravo no campo, a frase do jurista que a margeia e o fato dele estar sozinho, libertando-se independentemente. Entendemos esta imagem

⁷ Considerando apenas as notícias específicas sobre a inexistência do direito à propriedade, e do direito natural à liberdade, temos 22 e 17 notícias, respectivamente. Contudo, o direito à liberdade é mencionado transversalmente em muitas notícias.

⁸ Entre os dias 29 de Agosto de 1885 e 1º de Abril de 1886.

era uma estratégia argumentativa, posto que ela deixa sub-entendida a ameaça de incitar a violência escrava.

Contudo, os abolicionistas também temporizavam, afirmando que promoviam a paz entre os cativos, ao dar-lhes esperança de se tornarem livres, sem violência. Desta maneira, ressaltavam sua própria importância, ao mesmo tempo, que demonstravam os perigos de adiar a abolição. Em contra-partida relatavam, regularmente, atos de violência senhorial, mostrando que a violência e a arbitrariedade vinham dos senhores e das autoridades, o que, reafirmavam, ser perigoso pois acabaria incentivando a violência dos escravos e dos abolicionistas. Por tudo isso, os abolicionistas tinham confiança na realização da abolição, fosse esta feita pelo governo, ou pelos senhores, ou pelos escravos, abolicionistas e povo, neste último caso, com violência.

Os abolicionistas objetivavam promover a abolição usando diferentes métodos, um dos mais recorrentes era a exposição dos atos violentos dos senhores, reforçando a condenação social da instituição devido a sua crueldade, seu caráter de atraso e sua ilegalidade. O trecho abaixo é um claro exemplo da lógica narrativa do periódico: após a exposição da violência gratuita de um senhor (cujo nome é sempre mencionado), fala-se da ação conjunta de abolicionistas e população, demonstrando o apoio desta, movida pela indignação e o acolhimento oferecido por aqueles ao escravizado. Por fim, demanda-se a intervenção da polícia (ou seja, do Estado), para coibir arbitrariedades dos senhores e agir corretamente na condução de possíveis investigações.

“Anteontem estacionava na rua Direita, um homem de cor preta, maior de 70 anos, aleijado das pernas e que com dificuldade, auxiliado por um pau, fazia os movimentos de locomoção.

Tratando incontinentemente de indagar quem era, soubemos, que é Antonio Congo, escravizado de Amelio Arêas, residentes no Travessão do Nogueira. Recolhido ao nosso estabelecimento, descobrimos nas costas sinais de sevícias recentes, e que estava ele ardendo em febre. Depois de medicado, comunicamos ao sr. delegado de polícia o ocorrido, pedindo-lhe providências para mais esse infeliz.

É o cúmulo do barbarismo, aliado a mais requintada perversidade, surrar-se um pobre velho maior de 70 anos e aleijado. Tão monstruoso atentado foi presenciado por um sem número de pessoas, que indignadas protestaram contra tanta desumanidade. Eis aí o que são os escravocratas. A idade, o sexo, os inválidos, nada lhes merece o menor respeito, desde que pertença a essa maldita instituição, que estabelece bárbaras e cruéis distinções, quando Deus,

em nome da humanidade, pregou a igualdade de todos os homens. Surrar-se um aleijado, maior de 70 anos, é o cúmulo do barbarismo!” (*Vinte e Cinco de Março*, 14 de Agosto de 1884, p. 4).

A desconstrução do discurso senhorial era fundamental para os abolicionistas do *Vinte e Cinco de Março*, porque eles entendiam que a escravidão era mantida não apenas pela arbitrariedade senhorial, ela contava com o apoio da estrutura do estado imperial – serviços da Polícia⁹, leis que os beneficiavam e juízes que ignoravam o descumprimento de outras leis – e a conivência da população diante da brutalidade da escravidão, pois a incapacidade desta de indignar-se com a escravidão, contribuía para perpetuá-la. Esperavam, portanto, mudar a percepção que a população tinha sobre a escravidão. Exemplificava esta conivência com o caso dos falsos atestados médicos usados por senhores para esconder a causa-morte de seus escravizados. Desta maneira, escravistas escondiam a violência sofrida por seus cativos. Com isso, objetivavam indignar o povo contra a violência senhorial e contra a corrupção institucionalizada que a manutenção da escravidão demandava. Invertiam a denúncia recorrente dos escravistas de que os abolicionistas eram desordeiros, ao relatar diferentes atos de violência senhorial (agressões, assaltos, invasões de propriedades, assassinatos). Almejando o apoio da população exploravam o sentimentalismo, com descrições detalhadas das violências, ao mesmo tempo que celebravam todo e qualquer ato da população em prol da abolição. Neste sentido, mesmo se opondo à classe senhorial, relatavam todos os casos de alforrias, destacando, com isso, que a abolição ganhava novos adeptos; porém, criticavam as alforrias concedidas à idosos ou doentes.

Para alcançar a abolição também agiam juntamente a outros abolicionistas, à população e aos escravos. A interação com a população mais recorrente era através dos *meetings*, divulgados com antecedência e depois brevemente relatados no jornal, relatos nos quais enfatizava-se o grande número de apoiadores presentes e as intervenções belicosas de capangas ou da polícia, reforçando a ideia da arbitrariedade da escravidão, em oposição à ação pacífica, racional e coletiva dos abolicionistas.

⁹ Foram contabilizadas 117 notícias em que o *Vinte e Cinco de Março* manifestou diretamente sua discordância com a conduta da Polícia. Mas se considerarmos todas as notícias sobre arbitrariedades e concessões das autoridades, deve-se considerar que este número seria muito maior.

Também interagiam com a população, debatendo os processos eleitorais, nos quais ressaltavam a importância de votarem juntos pelo “Partido Abolicionista”, ou seja, apoiando quem apoiasse a abolição, independente da filiação partidária (SALLES, 2011). O que reflete a relação que mantinham com abolicionistas de todo o país (em especial com a Confederação Abolicionista e com José do Patrocínio) posto que apoiavam-se sobre suas ideias e práticas, ao mesmo tempo que tinham as suas divulgadas por estes. Este intercâmbio oferecia a Lacerda e seus companheiros o apoio intelectual e jurídico de influentes abolicionistas, fora da esfera de influência dos barões do açúcar, logo tornava a violência destes senhores em assunto nacional e, de certa forma, a coíbia.

Mantinham também um relação próxima e profícua com os escravizados, mesmo que esta não fosse exposta claramente no jornal. E, embora tenham mantido longamente uma relação ambígua com a violência escrava (afirmando não incentivá-la, mas também não a condenando), o recolhimento de escravos e ingênuos torturados era amplamente assumido, expondo a ação voluntária de fuga do escravizado. Afirmavam que diante de um estado ausente e de um senhor que abusava do seu direito sobre seus cativos cabia a rebelião através da invasão das fazendas pelos abolicionistas e das fugas de escravos para cidade, onde os abolicionistas os auxiliariam plenamente nos processos jurídicos pela liberdade; prática extremada após a derrota do Projeto Dantas. Este ponto de virada do abolicionismo é marcado no *Vinte e Cinco de Março* pelas convocações de escravizados que atendessem a determinadas condições para processos judiciais coletivos (baseados na lei do ventre-livre ou dos sexagenários), deixando clara a sua relação com os escravizados. Entendiam, portanto, o fim do cativo como uma luta pela restituição de um direito roubado, uma conquista de abolicionistas e escravizados e não uma concessão bondosa do senhor.

Neste sentido, concordamos com Richard Graham (1979) quando afirma que sem a campanha abolicionista não teria havido o amplo apoio da população, em especial a urbana. Pois foi ao desestruturar o discurso senhorial, os abolicionistas deram à ação dos escravos, que sempre lutaram contra a escravidão, um novo significado, ofereceram a estas uma nova recepção. A fala abolicionista fortalecia a ação dos escravos, ao mesmo tempo que o volume da ação dos cativos confirmava a

fala destes. Com o apoio da população, os abolicionistas podiam implementar atitudes audazes de ataque à propriedade senhorial, como o recolhimento de escravos, expostos na sede do jornal, pessoalmente ou por fotos; a exposição de atos criminosos de poderosos senhores; a realização de investigações paralelas àquelas feitas pela polícia, afirmando serem estas necessárias porque não confiavam na integridade e competência dos policiais; também demandavam atitudes das autoridades quanto aos crimes denunciados, acompanhando o desenrolar destas denúncias. Interferiam, desta forma, diretamente na ordem senhorial, pois mesmo que estes tivessem os poderes constituídos ao seu lado, agora tinham que conviver com a vigilância dos abolicionistas, que os expunham, ao menos, ao julgamento da população.

Todas estas práticas cobraram seu preço, como provam os muitos atentados sofridos por estes abolicionistas (invasões, tiroteios, processos, prisões e até assassinato). Ao relatar estas violências, o *Vinte e Cinco de Março* seguiu a mesma argumentação: expunham sua versão, demandando investigações e punições às autoridades, explicitando quem eram estas autoridades; realizavam investigações paralelas, apresentando o resultado destas; e diante de resultados investigativos diferentes dos oficiais, desqualificavam o trabalho e a moral destas autoridades, contrariamente, parabenizavam quem decidisse a favor da causa da abolição. A partir do que formou-se um ciclo vicioso, pois as ações abolicionistas partiam da desqualificação do discurso senhorial e do empoderamento dos escravizados; como resposta, os senhores atentavam contra a vida dos escravizados e abolicionistas, contra a organização do movimento e sua relação com os cativos. Diante do que, os abolicionistas desqualificavam reiteradamente a prática e a lógica senhorial, ao mesmo tempo que valorizavam sua própria luta, aumentando, conseqüentemente, a ira dos escravistas, que intentavam novos ataques.

Esta rotina só foi quebrada com as fugas em massa de escravos em São Paulo, pois ao perceber a ineficácia do discurso da legalidade da abolição em oposição ao sucesso da ação ousada dos abolicionistas e escravos em São Paulo, os abolicionistas de Campos passam a reforçar dois argumentos e práticas. Primeiro voltado aos senhores, argumentam que a abolição era benéfica pela gratidão que gerava no escravizado, sem deixar de destacar o direito fundamental à liberdade. Ao mesmo tempo também passam a incentivar, cada vez mais abertamente, a ação coletiva dos

escravos, vista como razão da vitória abolicionista em São Paulo. Neste sentido, reforçam a fala sobre o direito à fuga, destacando que esta deveria ser coletiva e pacífica (através do abandono das fazendas), e que ela era possível devido o trabalho de preparação dos abolicionistas. Ou seja, reconheciam ser a fuga escrava o ponto essencial da vitória abolicionista, mas ressaltavam seu papel neste processo.

Afirmavam ser aquele o momento do escravo agir em causa própria. Cremos que com esta fala, os abolicionistas não pretendiam criar uma imagem de inércia do escravo, mas sim reforçar a ideia de que eles tinham sido até então pacíficos, contrariamente às acusações dos senhores, que afirmavam terem os escravos e os abolicionistas promovido incêndios, formado quilombos, atacado fazendas – atos cuja responsabilidade foi posteriormente comprovada (FEYDIT, 2004). Mas, naquele momento, tais atos não precisavam mais serem escondidos, pois se antes “fugiam sorrateiramente, agora deviam sair com toda a publicidade”¹⁰. Embora os escravos agissem pacificamente, os senhores ainda resistiam à realidade da abolição de maneira bastante violenta. E ao expor estas agressividades, os abolicionistas explicitavam que a abolição não era um processo calmo, embora escravizados, libertos e abolicionistas o fossem. O que endossa nosso entendimento de que a abolição brasileira não foi absolutamente pacífica, pois além dos embates hostis, a abolição baseou-se na ideia radical de igualdade dos homens e realizou-se graças às fugas dos escravos, que tornaram a escravidão insustentável, embora ainda no início da década de 1880 esta instituição parecesse inabalável (GRAHAM, 1979; MATTOS, 1998; TOPLIN, 1975).

Estas fugas diferenciavam-se das anteriores por serem coletivas, porque a recapturação era cada vez menor e porque os escravos eram acolhidos. O que impedia qualquer ação eficaz do governo e dos senhores; os escravos cientes destas limitações fugiam aos milhares. Realidade que, em Campos, alcançou seu ápice em março de 1888, quando os abolicionistas demandaram dos senhores uma ação conjunta pela abolição da cidade, o que de fato foi feito. A necessidade de resolver a questão da abolição antecipadamente foi a maior prova da vitória abolicionista, em especial porque a libertação da cidade foi marcada para o dia 25 de março. De perseguidos tornaram-se conselheiros dos fazendeiros e instituíram a data nome de seu jornal (símbolo do movimento abolicionista nacional que homenageava a abolição

¹⁰ Vinte e Cinco de Março, 26 de Fevereiro 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 1.

antecipada no Ceará) como o dia da libertação. As fugas em Campos foram uma feliz exceção no cenário provincial, pois esta era uma cidade sem muitas oportunidades de emprego aos escravos fugidos e sem uma urbanização extrema, mas dado a ação abolicionista e a rebelião aos milhares, o controle senhorial foi quebrado (TOPLIN, 1975).

A partir do momento que os senhores passaram a fazer alforrias voluntárias, tornou-se cada vez mais importante para o *Vinte e Cinco de Março* destacar que quem fizera a abolição foram abolicionistas, escravos e povo. Afirmavam que a lei áurea saíra entre flores, festas e aplausos, após os últimos resistentes terem aceitado a abolição, mas porque foram impelidos pela agitação feita por abolicionistas, juristas, associações, que promoveram junto ao povo *meetings* e quermesses e, por fim, descobrindo a “verdadeira solução: a reforma partia de baixo – o escravo libertava-se por si. (...) A vitória do abolicionismo exprimia, pois, a vontade nacional. O general que dirigiu a batalha e conseguiu a vitória foi esse grande anônimo que se chama – povo.”¹¹

Após analisar o raciocínio e a metologia do *Vinte e Cinco de Março* podemos perceber a razão deste jornal ter sido tão combatido pelos senhores. Pois, embora a cidade já possuísse sociedades emancipacionistas (pouco eficazes, mas também combatidas) a fundação deste jornal por Lacerda foi uma das ações abolicionistas mais importantes da cidade, como exemplifica sua primeira conferência, na qual os mais de mil presentes foram expostos a um menino escravizado de uma importante família da região que havia sido severamente seviciado e tinha seu corpo coberto de feridas, situação que revoltou os presentes. Com ações práticas, artigos repletos de denúncias contra escravocratas, polícia e a própria Corte Imperial o jornal diferenciava-se por ser o único, em Campos, não submisso aos senhores (RODRIGUES, 1988; SILVA, 1984). Contudo, este caráter explícito do *Vinte e Cinco de Março* também denota a boa receptividade que teve o jornal, como demonstram seus muitos apoiadores. Outro sinal da boa receptividade do jornal foi o crescimento da sua sessão de anúncios, de meia coluna, no início de 1884, à uma página inteira, e mesmo uma página e meia no fim da sua produção. Este crescimento indica claramente, que o discurso do *Vinte e*

¹¹ Vinte e Cinco de Março, 27 de Maio 1888 – Seção “Vinte e Cinco de Março” – p. 2.

Cinco de Março recebeu cada vez maior aceitação pela população, ideia que é reforçada pelo crescimento de cem por cento na tiragem do jornal.

Neste cenário, Lacerda percebia-se como um agente político e fazia uso do periódico como um de seus instrumentos políticos. Como outros intelectuais do Segundo Império, ele via-se capaz de influenciar a opinião de seus leitores e, assim, mudar o destino da nação (MACHADO, 2010; PESSANHA, 2006), por isso, podemos entendê-lo como um intelectual orgânico,¹² na medida em que organizava, dava homogeneidade e representava o pensamento contra-hegemônico naquela sociedade, pensamento este que ele mesmo dizia ser o anseio da maior parte da população.

Por fim, faz-se necessário esclarecer o porquê do nome *Vinte e Cinco de Março*. Ele está ligado à ideia de abolição que o jornal defende: imediata, sem violência, sem indenizações, nem imigração, como a abolição promulgada antecipadamente e independente da iniciativa do Estado no dia 25 de março de 1884 em toda a província do Ceará. Libertação que motivou o abolicionismo em todo o país e foi seguida pela libertação do Amazonas, Rio Grande do Sul (muito comemoradas no jornal, como provam os layouts mudados excepcionalmente nestes dias) e no dia 25 de março de 1888 em Campos dos Goytacazes.

¹² Antonio Gramsci afirma que o Estado comporta duas esferas principais: a sociedade política (Estado-coerção) e a sociedade civil (conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias). Embora difiram em relação à função, juntas elas formam o Estado (ditadura + hegemonia), ou seja, ambas servem para conservar ou promover determinada base econômica. Mas, como esses aparelhos privados de hegemonia detêm relativa autonomia do Estado, abre-se a possibilidade de que a ideologia das classes subalternas obtenha a hegemonia em um dos vários aparelhos hegemônicos privados, mesmo antes que tais classes tenham tomado o poder de Estado, no sentido estrito. É o que sugerimos ter ocorrido com o movimento abolicionista na segunda metade da década de 1880. Esta é uma crise política-ideológica, uma crise de hegemonia, ou seja a classe dominante perde o consenso, deixa de ser dirigente, permanece apenas dominante, detentora da força coercitiva. Esse tipo de crise pode resultar numa queda da classe dominante do poder, mas também pode fortalecê-la (através de concessões e manobras reformistas). Logo, a desagregação do poder constituído depende diretamente da capacidade da classe dominada de fazer política, de conquistar progressivamente a hegemonia. Neste sentido, o partido político é aquele que possibilita a tomada de poder pela classe dominada e faz isto ao elaborar de modo homogêneo e sistemático uma vontade coletiva-popular. Gramsci refuta a possibilidade disto ocorrer através de uma luta espontânea apenas, pois esta é fruto de um processo político refletido e de uma linha política capaz de incidir efetivamente sobre a realidade. O que não quer dizer que o partido possa arbitrariamente elaborar uma “vontade coletiva” sem considerar os sentimentos populares. Neste sentido, o intelectual dentro do partido tem um papel destacado, sendo este de dois tipos: o intelectual orgânico, que dá homogeneidade e consciência a esta classe e os intelectuais tradicionais, que, no passado, tendo sido intelectuais orgânicos de uma determinada classe, são, presentemente, relativamente autônomos e independentes. Ambos dão forma homogênea à classe a qual estão organicamente ligados, e, por isso, preparam a hegemonia desta classe sobre o conjunto dos seus aliados. É como um intelectual orgânico que Lacerda pode ser entendido: representante de uma vontade coletiva, aquele que organiza esta vontade e a representa às classes dominantes. (COUTINHO, 1992; GRAMSCI, 1979)

REFERÊNCIAS

I – Fontes Primárias:

A – Jornais:

Vinte e Cinco de Março. Campos dos Goytacazes: 1884-1888 (Consultado na Fundação Casa de Rui Barbosa, Coleção Plínio Doyle).

B – Obras de referência:

Almanak Mercantil e Comercial Laemmert, ano de 1885, p 2932-2960. Disponível em <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak_djvu.htm>. Acesso em 02 maio 2012. .

CENSO, IBGE – 1872-1912. Recenseamento Geral do Brasil de 1872, Província do Rio de Janeiro, Quadro Geral da População livre e escrava considerada em relação aos sexos, estados civis, raças, religião, nacionalidades e gráo de instrução, com indicação dos numeros de casas e fógos. Disponível em: www.biblioteca.ibge.gov.br, Acesso em 12 de março de 2012.

C – Livros:

FEYDIT, Julio. *Subsídios para a história de Campos dos Goytacazes: desde os tempos coloniais até a Proclamação da República*. São João da Barra: Luartson, 2004.

SILVA, Osório Peixoto. *Os momentos decisivos na história de Campos dos Goytacazes*. Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social da PETROBRAS, 1984.

RODRIGUES, Hervé Salgado. *Na taba dos Goytacazes*. Niterói: Imprensa Oficial, 1988.

II – Livros e Artigos

AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana de. Imprensa: fonte de estudo para a construção e reconstrução da história. In: *Anais eletrônicos do X Encontro Estadual de História – AnpuhRS*. (Santa Maria/RS, 2010). Disponível em <<http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares#M>>. Acesso em 11 dezembro 2011.

ALVES, Maria da Glória; COSTA, Aline Nogueira. Monitoramento da expansão urbana no Município de Campos dos Goytacazes – RJ, utilizando Geoprocessamento. In: *Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*. Goiânia, p. 3731-3738, 2005.

BAKOS, Margareth Marchiori. *RS: Escravidão e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. Uma Veneza no sertão Fluminense: os rios e os canais em Campos dos Goytacazes. In: **História Revista**: Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História. Goiânia, v. 14, n.2, Julho/Dezembro, 2009.

_____. Campos: a capital sonhada de uma província desejada (1835-1897). In: *História*. Dossiê: Capitais Sonhadas, Capitais abandonadas, vol.30 no.1 Franca Jan./Jun., 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742011000100004>> Acesso em 21 março 2012.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; BACELLAR, Carlos [et al]. *Fontes históricas*. São Paulo : Contexto, 2010.

FERREIRA, Tânia et alli. Prefácio. In: FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C.; MOREL, Marco; NEVES, Lúcia Maria Bastos P (Orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

GRAHAM, Richard. *Escravidão, Reforma e Imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia Negra e Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados, a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro, 1880-1888*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP/FFLCH, 1991. Tese (Doutorado, FFLCH/USP).

_____. A atuação da imprensa do Rio de Janeiro no Império do Brasil. In: *RIHGB*, Rio de Janeiro, a. 171, n. 448, p. 31-62 , jul./set. 2010, p. 47-49.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MONNERAT, Tanize do Couto Costa. *Como libertar os escravos?* Debates Políticos sobre a abolição no Vinte e Cinco de Março -jornal abolicionista em Campos dos Goytacazes 1884-1888. Rio de Janeiro, 2013 Dissertação (Mestrado/UNIRIO).

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOREL, Marcos. *A imprensa periódica no século XIX*. Em: <bdigital.bn.br/redememoria/periodicoxix.html> Acesso em 20 março 2012.

NUNES, Neila Ferraz Moreira. A Experiência Eleitoral em Campos dos Goytacazes (1870-1889): Frequência Eleitoral e Perfil da População Votante. In: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 2, 2003, p. 311 a 343.

PARANHOS, Paulo. O açúcar no Norte Fluminense. In: *Revista Histórica*, nº 8 de março de 2006. Disponível em: <www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao08/materia02>. Acesso em 19 março 2012.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. Francisco Ferreira Saturnino Braga: negócios e fortuna em Campos dos Goytacazes. In: *História* (São Paulo) v.31, n.2, p. 212-246, jul/dez 2012.

PESSANHA, Andrea Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro, 1884-1888. Niterói, 2006. Tese (Doutorado, UFF).

PÍCOLI, Mariana de Almeida. *Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869-1888)*. Dissertação de Mestrado. Vitória: UFES, 2009.

PIRES, Myriam Paula Barbosa. Tipografia na cidade imperial (1821-1831) – o difícil começo: driblando dificuldade, reinventando soluções. In: *Anais eletrônicos do Simpósio de Política e Cultura da Universidade Severino Sombra*. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em <<http://www.uss.br/page/publicacoes.asp>>. Acesso em 22 dezembro 2011.

SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco: um pensador do Império*. Niterói: UFF, 2001. (Tese, História, UFF).

_____. Nabuco, os Ingleses e a Abolição. In: *Afro-Ásia*, (UFBA. Impresso), v. 42, p. 241-252, 2011. Disponível em: <<http://www.afroasia.ufba.br/>>. Acesso em 04 de fevereiro 2013.

SANTOS, Cláudia. Imprensa. In; MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione (orgs.). *Propriedades e Disputas: Fontes para a História do Oitocentos*. Niterói; EDUFF, 2011.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, Eliezer Felix. A imprensa como fonte para pesquisa em história e educação. In: *Anais eletrônicos do VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas*. (Campinas, 2009). Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/trabalhos.html Acesso em 30 novembro 2011.

TOPLIN, Robert. *The abolition of slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1975.

WEHLING, Arno. O açúcar fluminense na recuperação agrícola do Brasil. In: *RIHGB*, n. 337, Outubro/Dezembro, 1982.